
Análise locacional das ocupações nas regiões metropolitana e não-metropolitana do estado do Paraná¹

Jefferson Andronio Ramundo Staduto²

Jandir Ferrera de Lima³

Iandra Souza Maldaner⁴

Cristiano Stamm⁵

Resumo: Este artigo analisa o comportamento da localização e do crescimento do emprego nos dois “Paraná’s”: metropolitano (RM) e não metropolitano (RNM). A análise apresentou aspectos sobre os tipos de atividades predominantes que existiam nestas duas regiões. Os indicadores de análise regional revelaram o grau de importância de cada ramo produtivo no comportamento regional e a tendência espacial das duas regiões. Os ramos industriais tradicionais apresentam forte tendência de concentração no interior do Estado. Por outro lado, nos ramos industriais dinâmicos há uma tendência incipiente de dispersão da RM para RNM. Esse comportamento reflete a dinamicidade do interior como um espaço econômico para essas atividades dinâmicas, mas ao contrário não se mostra verdadeiro, ou seja, a capital paranaense e seu entorno não são espaços econômicos que tendem a abrigar ramos industriais tradicionais. Além disso, a RM vem apresentando grande especialização no setor terciário.

Palavras-chave: análise regional; economia regional; Paraná; região metropolitana; região não-metropolitana.

¹ Gostaríamos de agradecer aos pareceristas anônimos pelas críticas e sugestões.

² Doutor em Economia Aplicada pela ESALQ/USP. Pesquisador do CNPq, professor do Curso de Ciências Econômicas e do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Agronegócio e Desenvolvimento Regional - GEPEC. E-mail: staduto@unioeste.br

³ PhD em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Quebec. Professor do Curso de Ciências Econômicas e do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE. Pesquisador do GEPEC. E-mail: jandir@unioeste.br

⁴ Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE. Pesquisador do GEPEC. E-mail: iandra_maldaner@yahoo.com.br

⁵ Economista e Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE. Pesquisador do GEPEC. E-mail: stamm_br@yahoo.com.br.

Location analysis of occupation in the metropolitan and non-metropolitan areas of Parana state

Abstract: *This article analyzes the employment location and growth in the two “Paraná’s”: its metropolitan (RM) and non-metropolitan areas (RNM). The study presents selected features of predominant kinds of activities in those two areas. The indexes obtained from regional analysis reveal the importance of each productive sector to the regional activities and the space trend in the two areas. The traditional industrial sectors show strong trends towards concentration in the RNM. However, the dynamic industrial sectors show a trend towards dispersion from RM to RNM. This situation reflects the dynamic of RNM as an economic space for the dynamic activities. The capital of Paraná State and its surrounding areas are shown to be inhospitable to traditional industrial sectors. Moreover, the RM seems to show a trend towards specialization on the service sector.*

Key-words: *regional analysis; regional economics; Paraná; metropolitan areas; non-metropolitan areas.*

JEL: R23, J21, J61.

Introdução

Nas décadas de 1970 e 1980, os novos rumos da industrialização do País, o processo de modernização da agricultura e as diferentes articulações do tripé dos capitais estatal, estrangeiro e nacional foram refletidos principalmente nos I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento, que definiram os limites de desenvolvimento “autônomo” das economias regionais e, ao mesmo tempo, induziram um processo de relativa desconcentração da atividade econômica a partir do centro dinâmico paulista (Macedo *et al.* 2002).

O Estado do Paraná, durante o período de concentração industrial, manteve-se como uma economia periférica, tendo como base econômica a atividade agropecuária (Padis 1981). A atividade industrial passou a responder por uma parcela importante da economia paranaense a partir do início do processo de desconcentração desse setor. Isso ocorreu quando da redução da participação do Estado de São Paulo e da área Metropolitana de São Paulo na produção industrial do País, passando de 58% para 49%, e de 44% para 26%, respectivamente, entre 1970 e 1990, apesar do crescimento da participação relativa da produção industrial do interior do Estado (Diniz 1995).

O crescimento e a inserção da economia paranaense na economia brasileira deram-se a partir da década de 1970, no bojo de uma política nacional de desenvolvimento industrial. A institucionalização de regiões metropolitanas pelo Governo Federal, como *loci* importantes para receber os investimentos que ocorriam nesse período contribuiu para acomodar a desconcentração industrial em curso. Conforme Namur (2006), na capital paranaense foi reservado um espaço para a criação da Cidade Industrial de Curitiba com a finalidade de atrair e instalar novas plantas industriais, e houve grande apoio e mobilização dos órgãos estadual e municipal. A implantação desse distrito dinamizou a industrialização do Estado centrado no município de Curitiba.

O panorama industrial paranaense sofreu profundas alterações na década de 1970, deixando de lado a agricultura e as atividades tradicionais, tais como o café e a madeira, em favor de outras, como a soja, a química e a metal-mecânica (Vasconcelos & Castro 1999). A partir dessa década e, principalmente, da década de 1980, os aumentos da produtividade da agricultura foram decorrentes em grande parte das políticas setoriais de modernização da agropecuária, resultando em maiores produtividades da terra e do trabalho. Com efeito, criaram-se as condições para gerar uma dinâmica própria de desenvolvimento econômico e, por sua vez, “transbordaram” para os setores que tinham uma participação mais restrita na economia do Estado.

A economia do Estado do Paraná apresentou índices de crescimento superiores à média nacional na década de 1980, resultado da integração da produção agrícola à produção industrial por meio da agroindustrialização (Raggio 1994). Nos anos de 1990, o Paraná experimentou uma série de transformações e mudanças no setor produtivo, com uma maior presença de setores de bens de consumo duráveis e de capital, e modernização dos complexos agroalimentares. Além disso, ocorreram intensos processos de fusões, aquisições e privatizações de serviços de infra-estrutura, fluxos migratórios acentuados, revigoração do mercado de trabalho e das mudanças nas configurações regionais. Mesmo com essas transformações, os produtos primários de exportação, principalmente no interior do Estado, desempenharam papel importante nas flutuações econômicas.

A crescente urbanização e a expansão da base produtiva urbano-industrial no Estado do Paraná descreveram um arranjo espacial fundamentalmente associado à modernização e ao re-ordenamento setorial da economia. Nesse cenário de mudanças, e por meio do processo de divisão territorial do trabalho existente no Brasil, pôde-se dimensionar o Estado do Paraná em duas grandes regiões econômicas, formuladas a partir da centralidade na capital paranaense e em seu entorno *vis-à-vis* ao restante do Estado.

A literatura registra alguns trabalhos que privilegiam o recorte de região metropolitana e não metropolitana. Beyers & Nelson (2000) analisaram o rápido crescimento da região do Noroeste dos Estados Unidos, examinando as áreas não metropolitanas, a partir do estudo de comunidades instaladas nessas regiões. Já Maldaner (2006) analisou a decomposição da dispersão salarial entre as regiões Metropolitana e Não Metropolitana de Curitiba.

Nesse contexto, o presente artigo analisa as ocupações na economia paranaense levando em consideração a RM e a RNM do Estado do Paraná, que tendem a apresentar dinâmicas distintas de espacialidades produtivas. Foram utilizadas medidas de localização tanto para analisar a participação de cada região na economia estadual como para perceber os ramos de atividades mais expressivos.

Este artigo está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção aborda alguns conceitos e discute a proposta do recorte das regiões Metropolitana e Não Metropolitana. A terceira seção detalha os procedimentos e o embasamento metodológico de indicadores de economia regional. A quarta parte contempla os resultados da análise regional elaborada para o Estado do Paraná. Finalmente, na última seção constam as conclusões, resumindo os resultados.

1. Espaço e regiões no território paranaense

Para Perroux (1977), os espaços econômicos (abstratos) têm origem na atividade humana. Assim, as relações que se estabelecem entre os seres humanos no espaço geográfico dão origem aos espaços econômicos, que são constituídos por relações humanas de natureza econômica, como produção, consumo, tributação, investimento, exportação, importação e migração.

A concepção de espaço econômico e de divisão territorial/espacial do trabalho refere-se à espacialidade da divisão social do trabalho em subunidades de produção com uma certa especialização, em âmbitos territoriais restritos e diferenciáveis, pertencentes a um sistema de produção. Uma vez decifrados os processos gerais de espacialidade de uma determinada sociedade, é possível delimitar concretamente suas regiões e seu perfil de polarização. Uma região integra-se ao sistema à medida que se especializa e passa a estabelecer fluxos financeiros e de mercadorias com o restante do sistema (Rolim 1995).

O padrão de desenvolvimento econômico regional e de divisão territorial do trabalho no espaço resulta em diferentes padrões de localização das atividades produtivas, bem como em características diferenciadas das

estruturas produtivas das unidades territoriais que integram o espaço em análise. Considerando o conceito de espaço, Rolim (1995) apresentou o Paraná dividido em dois grandes espaços: o Paraná Urbano e o Paraná do Agronegócio, ou seja, dois “Paraná’s”. Este recorte pode apresentar uma dimensão mais abrangente, denominando-as como Região Metropolitana (RM) e Região Não Metropolitana (RNM), respectivamente. Ambas apresentam diferenças territoriais físicas e sociais e, além disso, outros aspectos foram se delineando historicamente pela atuação das políticas públicas e pelos processos produtivos, moldados pelas condições naturais e sociais.

As políticas públicas tiveram papel ativo na dispersão e localização industrial, de forma direta e indireta. As Regiões Metropolitanas brasileiras foram institucionalizadas nos anos 1970, no bojo de uma política nacional de desenvolvimento urbano, intimamente relacionada à expansão das multinacionais como forma de produção industrial e à consolidação da metrópole como parte desse processo. As Regiões Metropolitanas foram definidas como áreas administrativas formadas pelos maiores municípios do País e os municípios a eles conurbados. Elas surgiram da necessidade de resolver um conjunto de problemas que iam além da competência política das esferas do poder municipal e, também, forneciam um quadro administrativo capaz de responder às novas realidades surgidas pelo intenso e rápido processo de urbanização e acelerada industrialização do Brasil (Firkowski & Moura 2002; Moura 2004).

A dinâmica das regiões metropolitanas estava fortemente associada à acelerada expansão do produto nessas áreas. Por sua vez, elas foram o destino de milhares de migrantes, que deixam as cidades e as regiões menos dinâmicas. As migrações internas no Brasil refletem a situação econômica do imigrante que deixa o local onde morava em razão de insuficiência de renda.

A fragilidade de grande número de centros urbanos sem condições de absorver o crescimento populacional favorece a espacialidade concentradora de produção e população, formadas pela convergência de fatores favoráveis ao desenvolvimento de economias externas e de complementaridade entre atividades e serviços em certas áreas. No processo migratório paranaense, entre 1985 a 1996, o deslocamento em direção a outros estados diminuiu substancialmente e houve um intenso movimento de troca no interior do estado, com predomínio para os centros urbanos, tendo como vetor dominante o aglomerado metropolitano (Kleinke *et al.* 1999).

Após a Constituição de 1988, foram criadas facilidades para a atração de investimentos estrangeiros para o Brasil. Isso se somou a outros benefi-

cios nos impostos sobre a produção e a exportação. Na década de 1990, em um contexto de idéias neoliberais, o processo de industrialização do país toma novo rumo com a privatização de grande parte das estatais e da abertura cada vez maior da economia do nacional ao capital internacional, depois de décadas de protecionismo (Regueira 2003). A RM recebeu vários projetos estrangeiros, como a indústria automobilística e de componentes eletrônicos, atraídos pelos incentivos fiscais locais, pela amenidade e suporte urbano de Curitiba e também pela relativa proximidade com a área metropolitana de São Paulo (Diniz 1995).

Na revitalização da economia nacional nos anos de 1990, a desconcentração industrial tornou-se um fenômeno importante na realocação industrial, de tal ordem que os pólos de desenvolvimento tiveram oportunidades de alçar-se à condição de regiões dinâmicas e inovadoras. Segundo Carleial (1997), o Brasil passou, na década de 1990, por um lento e incontestemente movimento de re-localização industrial, capitaneado pelas desvantagens de aglomeração, cujo exemplo claro é a Região Metropolitana de São Paulo. Essa situação é reforçada por motivos menos nobres: fuga dos capitais de espaços produtivos com alta densidade sindical, atração de investimentos diante da guerra fiscal entre estados e, finalmente, força de trabalho barata. Para Maia (2002), nessa nova fase da economia brasileira, o Estado do Paraná experimentou uma transição de atividades primárias e industriais tradicionais para ramos com padrões tecnológicos e organizacionais modernos.

A Tabela 1 revela que a proporção do Produto Interno Bruto (PIB) entre a RM e o interior não segue a mesma proporção da população, sendo que a RM concentra 60% do PIB; em contrapartida ela acomoda apenas 33% da população do Estado. A Tabela 2 releva a grande preferência territorial pela RM de alocação dos investimentos no Estado do Paraná, de 1995 a 2002.

TABELA 1. POPULAÇÃO E PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, REGIÃO NÃO-METROPOLITANA E PARANÁ - 2005 E 2004, RESPECTIVAMENTE

	População	%	PIB*	%
RM	3.224.553	33	64.735.586.691,00	60
RNM	6.817.919	67	43.963.314.661,00	40
Paraná	10.042.472	100	108.698.314.352,00	100

FONTE: IPARDES (2006). *Valor corrente em Reais.

O fenômeno da desconcentração industrial brasileira de São Paulo em direção aos outros Estados foi analisado por vários autores, bem como

o fenômeno de interiorização pela migração das atividades produtivas no sentido capital-interior, principalmente em São Paulo, Paraná e Minas Gerais (Diniz 1993; Diniz 1995; Sabóia 2001). Sabóia (2001) analisou a dinâmica do processo de descentralização industrial ocorrido no Brasil na década de 1990 e verificou que os movimentos do emprego e salários entre as grandes regiões e ramos da indústria de transformação e extrativa mineral são também uma dinâmica entre a capital *versus* interior, e ele ainda verificou a maior participação dos estabelecimentos industriais no interior em comparação às capitais.

TABELA 2. PRINCIPAIS INVESTIMENTOS REALIZADOS NO PARANÁ ENTRE 1995-2000 REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, REGIÃO NÃO METROPOLITANA E PARANÁ*

Região	US\$ Milhões	%
Região Metropolitana	6.311,70	73
Região Não Metropolitana	2.355,40	27
Total do Estado	8.667,10	100

FONTE: Macedo *et al.* (2002). Dados Básicos: Secretaria da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico (SEID). *Referente ao montante de investimentos declarados pelas empresas com vistas ao enquadramento em programas de incentivos fiscais, o que não é a totalidade dos investimentos realizados no Estado, pois nem todos os investimentos realizados no Estado solicitaram incentivos fiscais.

Nesse sentido, distinguem-se dois “Paraná” envolvidos em processos com dinâmicas diferentes, com forte grau de inter-relação econômica e demográfica. Segundo Rolim (1995), na área metropolitana de Curitiba aconteceu a principal inserção do Paraná na economia urbano-industrial do Brasil; ali também houve as principais transformações industriais do Estado. A estrutura industrial gradativamente desligou-se da base agroindustrial para concentrar-se em setores modernos, voltados ao mercado nacional e internacional. A dinâmica desse Paraná preocupou-se cada vez mais com questões relativas à manutenção da competitividade no contexto nacional e internacional. As demandas sobre os recursos do Estado tiveram características diferenciadas daquelas exercidas pela parcela do agronegócio.

A RNM do Paraná teve que enfrentar várias crises, como a de movimentos migratórios, tanto para fora do Estado como para outros centros de maior porte no Estado, como a RM, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, entre outras cidades, por duas décadas seguidas. A RNM teve que se ajustar a vários processos e contradições da agricultura brasileira e pelo processo de modernização da agropecuária.

Além disso, o grande contingente de pequenos e médios produtores que não se alinharam às mudanças em curso inviabilizou economicamente as suas atividades, refletindo na presença de bóias-frias, menores traba-

lhadores e na concentração de terra (Istake 1999). Esta situação de grande instabilidade do ponto de vista social e econômico no médio prazo teve como resultado final o esvaziamento populacional. Criou-se um estoque de mão-de-obra propensa a demandar postos de trabalho nas atividades urbano-industrial em ramos de atividades mais tradicionais.

Segundo Dedeca & Baltar (1997), a importância dos ramos de atividades tradicionais para a economia brasileira deveu-se, principalmente, ao fenômeno do êxodo rural. O movimento migratório em direção às cidades repercutiu na intensa elevação da força de trabalho urbana, desproporcional à capacidade de absorção da indústria moderna.

Os ramos de atividades tradicionais tendem a estar fortemente alicerçados no interior dos Estados, sendo atividades de menor densidade tecnológica, tais como da construção civil, alimento, calçadista e têxtil. Conforme Souza (1980), no período de rápida expansão dessas atividades, abrem-se janelas de institucionalização legal do trabalho, pois a força de trabalho provinda do campo que chegava ao espaço urbano não tinha tradição de assalariamento e não impunha resistência para a aceitação de trabalhos que lhe gerassem alguma renda.

Conforme Staduto *et al.* (2004), a RM apresenta menor condição de empregabilidade no Estado do Paraná em relação às demais mesorregiões, dadas as características da oferta e da estrutura produtiva que criaram demanda para um perfil de mão-de-obra mais qualificada. Por outro lado, na RNM a estrutura produtiva de ramos de atividades, menos densa em tecnologia, abriu maiores possibilidades de oportunidade para a mão-de-obra semiquificada.

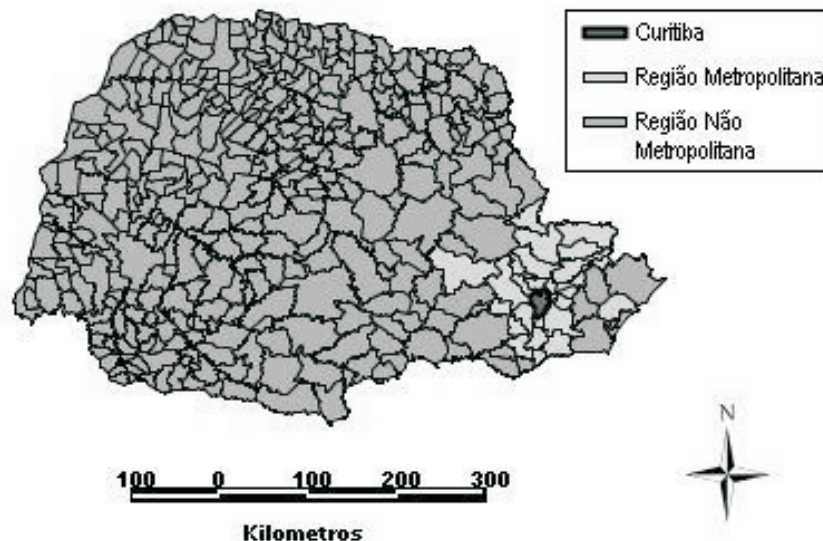
Segundo Limond (2004), atualmente a associação entre aglomeração urbana a um *locus* industrial já não é mais uma “crença”, pois as cidades de menor porte, bem como as cidades de porte médio, estão se tornando mais atrativas à industrialização e apresentam dinâmicas, econômicas e de comunicação, próprias com outras cidades, favorecendo o transporte e as possibilidades de “exploração” de novas matérias-primas.

A RNM constitui-se na verdade de várias estruturas produtivas que podem ser delimitadas em outras unidades territoriais, que estão conectadas verticalmente entre si e com RM. O IBGE delimita as unidades territoriais, por exemplo, em mesorregiões e microrregiões, as quais, normalmente, são referências para vários trabalhos de análise regional, revelando a heterogeneidade do interior do Estado do Paraná. No entanto, esse trabalho faz uma análise explorando a centralidade que ocorre no município de Curitiba e o seu entorno comparado com o restante do Estado.

2. Embasamento metodológico

Nesta análise utilizou-se como variável principal o número de empregados, distribuídos por 25 ramos de atividades econômicas. Segundo Haddad (1989), o emprego tem sido utilizado como variável-base devido à maior disponibilidade de informações; pelo nível de desagregação, pelo grau de uniformidade para medir e comparar a distribuição dos setores ou atividades no espaço; e pela representatividade para medir o crescimento econômico. Essa variável reflete-se na geração e distribuição da renda regional, fato que estimula o consumo e, conseqüentemente, a dinâmica econômica da região. Denominou-se de Região Metropolitana um conjunto de municípios no qual se incluem Curitiba e mais 26 municípios que estão sob seu campo de influência. De acordo com Rolim (1995), são os seguintes municípios: Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulisses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Paranaguá, Pinhais, Piraquara, Ponta Grossa, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná; e denominou-se de Região Não Metropolitana os 372 municípios paranaense restantes, conforme Mapa 1.

MAPA 1. DIVISÃO PARANAENSE DA REGIÃO METROPOLITANA E DA REGIÃO NÃO-METROPOLITANA



FONTE: IBGE (2003). Elaborado pelos autores.

Os dados sobre o número de empregados, distribuídos por ramos, foram obtidos no banco de dados do Relatório de Informações Sociais (RAIS), divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os dados da RAIS refletem quase que a totalidade do emprego formal no país. Os períodos de análise foram os anos de 1985, 1990, 1995 e 2002.

Para análise dos dados, foram utilizadas medidas de localização sistematizadas por Haddad (1989), Delgado & Godinho (2002) e Ferrera de Lima (2004). Para Clemente & Higachi (2000), a análise locacional se tornaria sem sentido caso não se admitisse a diferenciação espacial. Além disso, Ferrera de Lima (2004) adverte que a análise locacional elimina o “efeito tamanho”, ou seja, as perturbações estatísticas surgidas quando se analisam regiões de tamanhos diferentes. Nesse caso, a análise locacional utiliza valores relativos e não absolutos. Caso fossem usados valores absolutos, as informações apresentariam uma forte correção positiva, acarretada pelo “efeito tamanho”.

Estimou-se o quociente locacional (QL) que, segundo Suzigan *et al.* (2004), indica a concentração relativa de um determinado ramo de atividade numa região, comparativamente à participação desse mesmo ramo no Estado. Nesse sentido, quanto maior QL, maior é a especialização da região no respectivo ramo de atividade. O quociente locacional pode ser analisado a partir de ramos específicos ou no seu conjunto e é expresso pela equação (1).

$$QL_{ij} = \frac{E_{ij} / \sum_j E_{ij}}{\sum_i E_{ij} / \sum_i \sum_j E_{ij}} \quad (1)$$

Onde:

E_{ij} = Número de empregados no ramo de atividade i da região j ;

$\sum_j E_{ij}$ = Número de empregados no ramo de atividade i de todas as regiões;

$\sum_i E_{ij}$ = Número de empregados em todos os ramos de atividade da região j ;

$\sum_i \sum_j E_{ij}$ = Número de empregados em todos os ramos de atividade e todas as regiões.

Em modelos de projeção do crescimento regional, consideram-se como atividades ou ramos básicos de maior concentração aqueles para os quais o valor do quociente locacional for superior a 1, pois estes ramos teriam uma produção que excederia as necessidades locais, marcando a especialização relativa da região. A principal vantagem deste método de projeção é a simplicidade didática e as suas escassas necessidades de informações estatísticas.

Já o coeficiente de localização (CL) indica o grau de semelhança ou de desvio entre o padrão de localização desse ramo e o padrão de localização do agregado de referência. Quanto mais elevado o valor do coeficiente de localização (CL), tanto mais o ramo tem um padrão de localização específico ele estará relativamente concentrado (Delgado & Godinho 2002). Nesse aspecto, é uma medida de proximidade do padrão de localização e, conseqüentemente, de avaliação do nível de concentração relativa. O CL é medido pela equação (2).

$$CL_i = 1/2 \sum_j |(E_{ij}/E_j) - (E_i/E)| \quad (2)$$

Se o coeficiente de localização for próximo de zero (0), o ramo *i* está distribuído regionalmente da mesma forma que o conjunto de todos os ramos do estado. A atividade não evidencia qualquer padrão de localização específico em relação ao modelo de referência, ou seja, não há concentração relativa desta atividade na região. Se o valor for próximo de um (1), o ramo *i* tem um padrão de concentração regional mais intenso do que o conjunto de todos os ramos do estado. Quanto maior o valor do CL, mais a localização da atividade se afasta do padrão de localização do conjunto. Nesse caso, mais a atividade se encontra localizada numa única região (Delgado & Godinho 2002).

As medidas de localização, mensuradas a partir dos ramos de atividades, descrevem padrões de comportamento dos ramos produtivos no espaço econômico paranaense, bem como as diferentes estruturas produtivas existentes na região. Conforme Piacenti *et al.* (2002), esses indicadores mostram o padrão do crescimento econômico da região. Esses instrumentais proporcionam um quadro de análise da região em relação ao estado.

Segundo Alagh *et al.* (1971), quando se associa o quociente locacional com algum conhecimento *a priori* sobre a natureza das atividades produtivas, é possível identificar conjuntos inter-relacionados de setores. Sendo assim, Haddad (1989) afirma que o uso de medidas de localização pode ser valioso na fase exploratória de qualquer estudo.

As atividades industriais apresentadas no trabalho são basicamente classificadas como tradicionais e dinâmicas⁶. Segundo Lima (2003) e Passos & Lima (2000), no primeiro grupo estão os ramos de atividades originários do início do processo de industrialização e da primeira fase de substituição por importações, o que corresponde aproximadamente à produção de bens de consumo não duráveis. Além disso, são, geralmente, atividades intensivas de mão-de-obra. Os ramos de atividades dinâmicos agrupam as produções de bens intermediários da etapa mais avançada da industrialização e os ramos produtores de bens de capital⁷.

Tal como se propõe neste artigo, além de Lima (2003) e Passos & Lima (2000), o agrupamento de atividades também foi utilizado por Ferrera de Lima (2004), que aplicou indicadores de análise regional para o Sul do Brasil; e por Rodrigues *et al.* (2006) no estudo da evolução produtiva dos setores alimentares no sistema inter-regional – Paraná e o restante do Brasil. Nos estudos de segmentação do trabalho - primário e secundário –, o agrupamento dos ramos industriais foi muito utilizado para distinguir grandes contornos do ponto de vista da densidade tecnológica e da intensidade do uso de mão-de-obra⁸.

A agregação dos ramos de atividades em grandes grupos possibilita construir análises preliminares sobre o comportamento e tendência sobre a localização das ocupações no Estado do Paraná.

3. Análise locacional das ocupações no espaço dos dois “Paraná”

A seguir são apresentados os resultados na forma de tabelas sobre a quantidade de trabalhadores empregados no Paraná, a distribuição percentual e as taxas de crescimento do emprego no Estado do Paraná, Região Metropolitana e Região Não Metropolitana. O índice QL também foi apresentado na forma de tabela e o CL foi ilustrado na forma de gráfico.

Pela Tabela 3, observa-se que os ramos de atividades que mais empregaram mão-de-obra formal no Estado do Paraná foram os ramos de administração pública direta e autárquica (24); comércio varejista (16); e

6 Ramos industriais tradicionais: da madeira e mobiliário; do papel, papelão, editorial, e gráfica; da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas; têxtil, vestuário e artefatos de tecidos; de calçados; e de produtos alimentares, bebidas e álcool etílico. Ramos industriais dinâmicos: de produtos minerais não metálicos; metalúrgica; mecânica; do material elétrico e comunicações; do material de transporte; e química, produtos farmacêuticos, veterinário e perfumaria.

7 Os autores sub-dividem em ramos industriais dinâmicos A e B. Neste estudo optamos pelo menor grau de desagregação das atividades industriais, em razão de incluirmos nas análises os setores primário e terciário.

8 Ver mais Lima (1980) e Galete (2004).

TABELA 3. QUANTIDADE DE TRABALHADORES EMPREGADOS EM 25 RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO PARANÁ - 1985-2002

Ramos de Atividades	1985	1990	1995	2002
1 - Extrativa mineral	5.371	5.131	4.225	4.286
2 - Indústria de produtos minerais não metálicos	16.764	18.883	16.545	18.793
3 - Indústria metalúrgica	11.984	13.307	16.056	25.266
4 - Indústria mecânica	13.771	18.928	18.735	23.325
5 - Indústria do material elétrico e comunicações	9.656	11.137	8.371	11.313
6 - Indústria do material de transporte	5.652	8.628	9.043	21.579
7 - Indústria da madeira e mobiliário	60.794	53.345	57.322	73.613
8 - Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	20.870	23.904	23.690	28.043
9 - Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares e ind. diversas	11.651	15.123	12.245	12.137
10 - Ind. química, produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria	20.173	19.486	22.030	31.766
11 - Indústria têxtil, vestuário e artefatos de tecidos	15.903	27.492	31.970	56.981
12 - Indústria de calçados	1.016	1.789	1.376	1.387
13 - Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	47.280	56.056	84.096	104.733
14 - Serviços industriais de utilidade pública	15.844	17.768	19.875	17.147
15 - Construção civil	61.170	68.261	63.522	60.408
16 - Comércio varejista	149.173	160.841	183.620	285.095
17 - Comércio atacadista	36.808	40.413	46.953	51.608
18 - Instituições de crédito, seguros e capitalização	57.443	48.605	69.488	32.705
19 - Com. e adm. de imóveis, valores mobiliário e serviços técnico	86.650	110.732	77.552	134.400
20 - Transportes e comunicações	59.008	60.172	83.108	92.380
21 - Serv. de alojamento, alim., reparação, manutenção, redação	129.431	145.276	109.375	186.061
22 - Serviços médicos, odontológicos e veterinários	14.609	20.424	40.094	58.366
23 - Ensino	6.018	7.590	53.624	65.018
24 - Administração pública direta e autárquica	214.477	219.582	323.809	334.861
25 - Agricultura, silvicultura, criação de animais e extrativismo vegetal	26.145	26.896	76.802	81.360
Total	1.097.661	1.199.769	1.453.526	1.812.631

FONTE: RAIS, vários anos.

o de serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e redação (21) com mais de 100.000 empregados durante todo o período analisado. Além destes três ramos, também alcançaram a marca de 100.000 empregados ramos da indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, em 2002, e do comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos, em 1990 e 2002.

O ramo de destaque foi o setor de administração pública direta e autárquica, que se manteve sempre acima dos 200.000 empregados, alcançando em 2002 mais de 334.000 empregos. O bom desempenho desse ramo deve-se, provavelmente, à própria natureza da relação contratual que a administração pública mantém com os empregados, não tendo praticamente espaço para informalidade; e também se deve considerar o crescimento do número de municípios no período analisado no Estado do Paraná como fator que contribuiu para essa evolução dos trabalhadores ocupados nesse ramo de atividade.

A partir da Tabela 4 foram analisados alguns ramos individualmente. O “efeito tamanho” é favorável à RNM, no entanto ele não se expressa plenamente em alguns ramos, tal como acontece com a construção civil

(15), pois as duas regiões têm o número muito próximo de trabalhadores formais empregados.

TABELA 4. QUANTIDADE DE TRABALHADORES EMPREGADOS EM 25 RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA DAS REGIÕES NÃO METROPOLITANA E METROPOLITANA - 1985-2002

Ramos	Metropolitana				Não Metropolitana			
	1985	1990	1995	2002	1985	1990	1995	2002
1	2.229	2.472	2.126	2.250	3.142	2.659	2.099	2.036
2	10.785	11.929	10.674	10.281	5.979	6.954	5.871	8.512
3	7.243	8.184	10.738	13.305	4.741	5.123	5.318	11.961
4	11.109	15.411	14.753	14.976	2.662	3.517	3.982	8.349
5	8.778	9.740	5.869	7.221	878	1.397	2.502	4.092
6	4.245	7.174	6.467	18.128	1.407	1.454	2.576	3.451
7	22.302	17.685	17.415	17.052	38.492	35.660	39.907	56.561
8	8.213	9.297	9.846	11.999	12.657	14.607	13.844	16.044
9	7.355	8.754	6.452	5.597	4.296	6.369	5.793	6.540
10	15.702	14.805	15.682	18.601	4.471	4.681	6.348	13.165
11	3.787	6.870	6.813	6.208	12.116	20.622	25.157	50.773
12	596	580	296	163	420	1.209	1.080	1.224
13	12.091	14.677	20.289	23.706	35.189	41.379	63.807	81.027
14	13.601	15.487	16.600	13.409	2.243	2.281	3.275	3.738
15	30.173	35.788	37.661	32.725	30.997	32.473	25.861	27.683
16	59.091	64.916	80.450	119.989	90.082	95.925	103.170	165.106
17	14.899	17.030	20.390	20.060	21.909	23.383	26.563	31.548
18	25.650	24.224	57.408	19.624	31.793	24.381	12.080	13.081
19	41.331	56.474	49.405	88.571	45.319	54.258	28.147	45.829
20	34.481	35.776	51.251	53.861	24.527	24.396	31.857	38.519
21	72.439	76.847	56.568	100.076	56.992	68.429	52.807	85.985
22	5.764	9.304	18.665	29.036	8.845	11.120	21.429	29.330
23	4.010	4.751	28.945	27.973	2.008	2.839	24.679	37.045
24	125.736	120.191	193.936	178.000	88.741	99.391	129.873	156.861
25	2.252	2.544	6.276	5.943	23.893	24.352	70.526	75.417
Total	543.862	590.910	744.975	838.754	553.799	608.859	708.551	973.877
Taxa de crescimento geométrico (%)	-	1,67	4,74	1,71	-	1,91	3,08	4,65

FONTE: Resultado da pesquisa.

No entanto, alguns ramos têm grande disparidades em termos absolutos, como foram os casos dos ramos de atividades da agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal (25) e da indústria da madeira e do mobiliário (7), que são os mais representativos na RNM; ou como os ramos industriais da mecânica (4) e de transportes e comunicações (20), presentes com maior intensidade na RM. Os ramos que ora estão mais presentes na RNM, ora na RM são representados pela extração mineral (1) e instituições de crédito, seguro e capitalização (18).

Observou-se, pela Tabela 4, que a quantidade total de trabalhadores empregados na RNM em relação à RM, em 2002, era 16,11% superior; no entanto, a RNM retém cerca de dois terços da população do estado.

Não obstante a isto, no período total da análise - 1985 a 2002 -, na RNM o emprego cresce 3,38% a.a., enquanto que na RM o emprego formal expandiu-se a uma taxa de 2,58% a.a.. Na primeira metade da década de 1990, a RM apresentou nível de crescimento do emprego superior (4,74 % a.a.) ao da RNM (3,08% a.a.), resultado do intenso investimento ocorrido na fase inicial do segundo momento de industrialização do Estado do Paraná. Já, no último período da análise, 1995 a 2002, a taxa de crescimento de ocupação formal de emprego na RNM foi quase 2,5 vezes maior que em relação à RM. Isso de certa forma revela a intensa interiorização das atividades produtivas intensivas em mão-de-obra.

A Tabela 5, a exemplo do que foi mostrado na Tabela 4, apresenta a distribuição do emprego por ramos de atividades em forma de porcentagem no total do Estado do Paraná e mostra a evolução da distribuição do emprego através dos ramos de atividades nas regiões em análise. Os ramos que mais contribuíram para a absorção de mão-de-obra foram: administração pública direta e autárquica (24) e serviço de alojamento, alimentos, reparos, manutenção e redação (21), que se

TABELA 5. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE EMPREGO POR RAMO DE ATIVIDADE NAS RM E RNM - 1985-1990

Ramos	1985			1990			1995			2002		
	RM	RNM	PR	RM	RNM	PR	RM	RNM	PR	RM	RNM	PR
1	0,41	0,56	0,49	0,38	0,41	0,40	0,28	0,29	0,29	0,27	0,21	0,24
2	1,98	1,08	1,52	1,85	1,08	1,46	1,42	0,82	1,13	1,23	0,87	1,04
3	1,33	0,85	1,09	1,27	0,79	1,03	1,43	0,75	1,10	1,59	1,23	1,39
4	2,04	0,48	1,25	2,39	0,54	1,47	1,97	0,56	1,28	1,79	0,86	1,29
5	1,61	0,16	0,88	1,51	0,22	0,86	0,78	0,35	0,57	0,86	0,42	0,62
6	0,78	0,25	0,51	1,11	0,23	0,67	0,86	0,36	0,62	2,16	0,35	1,19
7	4,09	6,92	5,52	2,74	5,52	4,13	2,32	5,60	3,92	2,03	5,81	4,06
8	1,51	2,28	1,90	1,44	2,26	1,85	1,31	1,94	1,62	1,43	1,65	1,55
9	1,35	0,77	1,06	1,36	0,99	1,17	0,86	0,81	0,84	0,67	0,67	0,67
10	2,88	0,80	1,83	2,30	0,72	1,51	2,09	0,89	1,51	2,22	1,35	1,75
11	0,69	2,18	1,44	1,07	3,19	2,13	0,91	3,53	2,19	0,74	5,21	3,14
12	0,11	0,08	0,09	0,09	0,19	0,14	0,04	0,15	0,09	0,02	0,13	0,08
13	2,22	6,33	1,83	2,28	6,41	4,34	2,71	8,95	1,51	2,83	8,32	5,78
14	2,50	0,40	1,44	2,40	0,35	1,38	2,22	0,46	1,36	1,60	0,38	0,95
15	5,54	5,57	5,56	5,55	5,03	5,29	5,03	3,63	4,34	3,90	2,84	3,33
16	10,84	16,20	13,55	10,07	14,85	12,46	10,74	14,47	12,56	14,31	16,95	15,73
17	2,73	3,94	3,34	2,64	3,62	3,13	2,72	3,72	3,21	2,39	3,24	2,85
18	4,71	5,72	5,22	3,76	3,78	3,77	7,66	1,69	4,75	2,34	1,34	1,80
19	7,58	8,15	7,87	8,76	8,40	8,58	6,59	3,95	5,30	10,56	4,71	7,41
20	6,33	4,41	5,36	5,55	3,78	4,66	6,84	4,47	5,68	6,42	3,96	5,10
21	13,29	10,25	11,76	11,92	10,60	11,26	7,55	7,40	7,48	11,93	8,83	10,26
22	1,06	1,59	1,33	1,44	1,72	1,58	2,49	3,00	2,74	3,46	3,01	3,22
23	0,74	0,36	0,55	0,74	0,44	0,59	3,86	3,46	3,67	3,34	3,80	3,59
24	23,07	15,96	19,48	18,65	15,39	17,02	25,88	18,21	22,14	21,22	16,11	18,47
25	0,41	4,30	2,37	0,39	3,77	2,08	0,84	9,89	5,25	0,71	7,74	4,49

FONTE: RAIS, vários anos. Elaboração: resultado da pesquisa.

destacaram na Região Metropolitana, e comércio varejista (16), com maior participação na Região Não Metropolitana.

A partir da Tabela 6, comparando-se os valores de 1985-1990 com os valores de 1995-2002, verifica-se que na RM oito ramos aumentaram suas taxas de crescimento de emprego do primeiro para o segundo período (3, 5, 6, 8, 10, 16, 19 e 21). Na RNM foram dezessete ramos que aumentaram suas taxas de crescimento nesse período. Dessa forma, pode-se inferir que a RNM contribuiu preponderantemente para o crescimento das contratações no estado paranaense, de tal ordem refletindo as características dos ramos de atividade instalados nessa área, bem como a dimensão populacional, ou seja, “efeito tamanho”.

TABELA 6. MATRIZ DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DO EMPREGO NO PARANÁ PARA CADA RAMO DE ATIVIDADE (% A.A.)

Ramos	1985-1990			1995-2002		
	PR	RM	RNM	PR	RM	RNM
1	-0,91	2,09	-3,28	0,20	0,81	-0,43
2	2,41	2,04	3,07	1,84	-0,53	5,45
3	2,12	2,47	1,56	6,69	3,11	12,28
4	6,57	6,77	5,73	3,18	0,21	11,16
5	2,89	2,10	9,73	4,40	3,01	7,28
6	8,83	11,06	0,66	13,23	15,86	4,27
7	-2,58	-4,53	-1,52	3,64	-0,30	5,11
8	2,75	2,51	2,91	2,44	2,87	2,13
9	5,35	3,54	8,19	-0,13	-2,01	1,75
10	-0,69	-1,17	0,92	5,37	2,47	10,98
11	11,57	12,65	11,22	8,61	-1,32	10,55
12	11,98	-0,54	23,55	0,11	-8,17	1,80
13	3,46	3,95	3,29	3,18	2,25	3,47
14	2,32	2,63	0,34	-2,09	-3,00	1,91
15	2,22	3,47	0,93	-0,72	-1,99	0,98
16	1,52	1,90	1,26	6,49	5,88	6,95
17	1,89	2,71	1,31	1,36	-0,23	2,49
18	-3,29	-1,14	-5,17	-10,21	-14,22	1,14
19	5,03	6,44	3,67	8,17	8,70	7,21
20	0,39	0,74	-0,11	1,52	0,71	2,75
21	2,34	1,19	3,73	7,89	8,49	7,21
22	6,93	10,05	4,68	5,51	6,52	4,59
23	4,75	3,45	7,17	2,79	-0,49	5,97
24	0,47	-0,90	2,29	0,48	-1,22	2,73
25	0,57	2,47	0,38	0,83	-0,78	0,96
TOTAL	1,79	1,67	1,91	3,20	1,71	4,65

FONTE: Resultado da pesquisa.

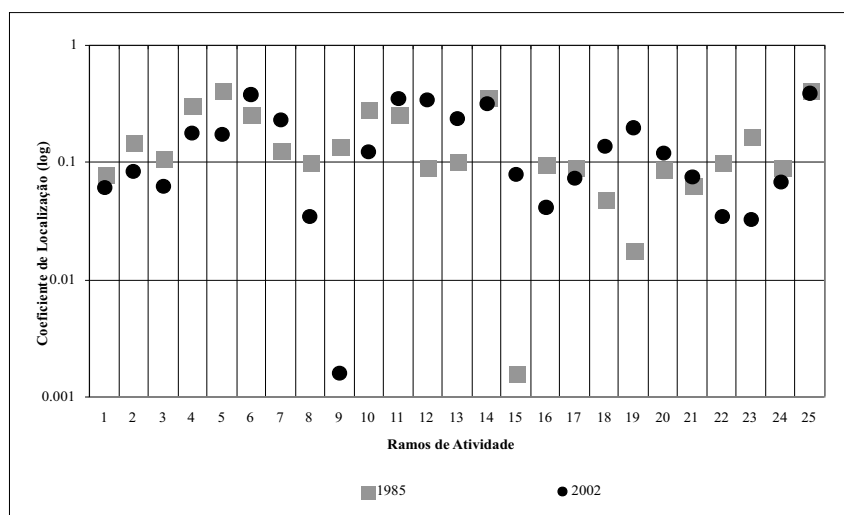
Dentre os dez ramos que conseguiram manter um QL acima de um (1) na RNM, em 2002, sete merecem destaque (7, 8, 11, 13, 16, 17 e 25), porque se mantiveram acima de um (1) durante todo o período analisado, sendo que todos os ramos industriais 7, 8, 11 e 13 são tradicionais, e também se destacaram os ramos 16 (comércio varejista) e 17 (comércio atacadista) do setor terciário e, naturalmente, o 25 (agricultura, silvi-

cultura, criação de animais, extrativismo vegetal). Isto significa que a RNM continua fortemente especializada em ramos tradicionais.

Por outro lado, dos quinze ramos que mantiveram QL superior a um (1) na RM, em 2002, onze podem ser observados com mais atenção (2, 3, 4, 5, 6, 10, 14, 15, 20, 21, e 24), sendo que os ramos 2, 3, 4, 5 e 10 são de indústrias dinâmicas. Destacaram-se também os ramos 14, 18, 19, 20, 21 e 24 do setor terciário, sendo que nesse agrupamento setorial a RM está em maior número em relação à RNM. Os demais ramos se destacaram no início do período, e depois apresentaram expressivas quedas e irregularidade, ou alcançaram destaque no final do período. Assim, a RM mostrou-se menos suscetível que a RNM em relação aos eventos e choques externos à estrutura produtiva do Estado do Paraná, porque apresentou um número maior de ramos que se destacaram em termos de QL e se mantiveram estáveis durante o período analisado. Pôde-se inferir que essa região está fortemente especializada em ramos dinâmicos e no setor terciário.

No Gráfico 1, é apresentada a tendência de convergência ou dispersão dos empregos nas diversas atividades econômicas no Estado do Paraná do período de 1985 a 2002.

GRÁFICO 1. COEFICIENTE DE LOCALIZAÇÃO (CL) DO EMPREGO POR RAMO DE ATIVIDADE NO PARANÁ DE 1985 - 2002



FONTE: Resultado da pesquisa.

Nota-se que o emprego nos ramos extrativo mineral (1); indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos (11); serviços industriais de utilidade

TABELA 7. PERFIL LOCACIONAL (QL) DOS RAMOS DE ATIVIDADE NAS REGIÕES METROPOLITANA E NÃO METROPOLITANA DO PARANÁ

Ramos	1985		1990		1995		2002	
	RM	RNM	RM	RNM	RM	RNM	RM	RNM
1	0,84	1,16	0,96	1,03	0,98	1,02	1,13	0,88
2	1,30	0,71	1,26	0,73	1,26	0,73	1,18	0,84
3	1,22	0,78	1,23	0,76	1,31	0,68	1,13	0,88
4	1,63	0,38	1,63	0,37	1,54	0,44	1,38	0,66
5	1,84	0,18	1,75	0,25	1,37	0,61	1,37	0,67
6	1,52	0,49	1,66	0,33	1,40	0,58	1,81	0,29
7	0,74	1,25	0,66	1,33	0,59	1,43	0,50	1,43
8	0,80	1,20	0,77	1,22	0,81	1,20	0,92	1,06
9	1,28	0,73	1,15	0,84	1,03	0,97	0,99	1,00
10	1,57	0,44	1,52	0,48	1,39	0,59	1,26	0,77
11	0,48	1,51	0,50	1,49	0,42	1,61	0,23	1,65
12	1,19	0,82	0,64	1,35	0,42	1,61	0,25	1,64
13	1,21	3,45	0,52	1,47	1,80	5,94	0,48	1,44
14	1,73	0,28	1,74	0,25	1,63	0,34	1,69	0,40
15	1,00	1,00	1,05	0,95	1,16	0,83	1,17	0,85
16	0,80	1,20	0,80	1,19	0,86	1,15	0,91	1,07
17	0,82	1,18	0,84	1,15	0,85	1,16	0,84	1,13
18	0,90	1,10	0,99	1,00	1,61	0,36	1,29	0,74
19	0,96	1,04	1,02	0,97	1,24	0,74	1,42	0,63
20	1,18	0,82	1,19	0,81	1,20	0,79	1,26	0,77
21	1,13	0,87	1,05	0,94	1,01	0,99	1,16	0,86
22	0,80	1,20	0,91	1,08	0,91	1,10	1,07	0,93
23	1,35	0,66	1,25	0,74	1,05	0,94	0,93	1,06
24	1,18	0,82	1,09	0,90	1,17	0,82	1,14	0,87
25	0,17	1,81	0,18	1,80	0,16	1,88	0,15	1,72

FONTE: Resultado da pesquisa.

pública (14); comércio atacadista (17); transportes e comunicações (20); serviço de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e redação (21); e agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal (25) mantiveram-se estáveis entre 1985 e 2002; não houve mudanças expressivas no coeficiente de localização desses ramos.

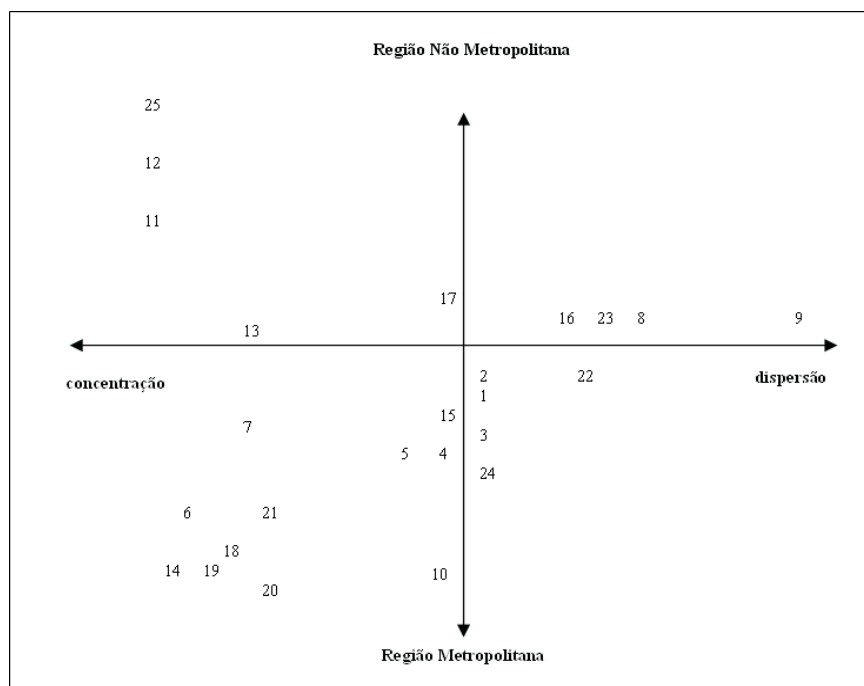
Por outro lado, os ramos industriais de material de transporte (6); têxtil, vestuário e artefato de tecidos (11); calçados (12); no setor terciário, o ramo serviços industriais de utilidade pública (14) têm um padrão de concentração mais intenso, seguido por um segundo nível dado pelas indústrias da madeira e do mobiliário (7) e de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (13), da mesma forma que a agricultura, silvicultura e extrativismo vegetal (25).

O Gráfico 1 também revela que dos seis ramos industriais dinâmicos (2, 3, 4, 5, 6 e 10), apenas a indústria de transporte (6) no período analisado apresentou tendência de concentração; e os demais de dispersão do emprego no Paraná. Portanto, esse comportamento de localização

beneficiaria o interior do estado. Por outro lado, dos seis ramos de indústrias tradicionais do estado (7, 8, 9, 11, 12 e 13), apenas duas (8 e 9) apresentaram comportamento de dispersão e as demais apresentaram de concentração, o que evidencia o aprofundamento da especialização do interior do estado nessas indústrias tradicionais ao longo do período analisado.

Na Figura 1, nota-se que, no seu conjunto, o maior grau de desvio de localização das atividades produtivas favorece a RM, ou seja, a concentração relativa do emprego tem sido favorável à ela, quando se considera a atividade industrial, de serviços e comércio. A RM é muito atrativa e adensada nos ramos ligados às indústrias dinâmicas e ao setor terciário. No ramo industrial, a RNM continua muito atrativa para a indústria radicional.

FIGURA 1. TENDÊNCIA DA LOCALIZAÇÃO DO EMPREGO NO PARANÁ



FONTE: Resultado da pesquisa.

Lima (2003) relata, por exemplo, que o Paraná, bem como Santa Catarina, tem predomínio de indústrias tradicionais, em razão de serem estados com processo de industrialização mais recente que em relação ao Rio Grande do Sul. No início do artigo foi apresentado e discutido que

o amadurecimento dessa juvenildade produtiva inicia nos anos de 1970, mas enfraquece na década perdida e toma contornos mais claros na década de 1990. A nova configuração do Paraná, que incorpora ao seu parque produtivo indústrias dinâmicas, é dinamizada pela trajetória da economia brasileira e por políticas específicas de atração de novos investimentos centrados na capital paranaense e em seu entorno.

Não obstante o papel da concentração das atividades dinâmicas na aglomeração urbana de Curitiba, torna-se mais importante para crescimento econômico do Estado Paraná nesse contexto de análise regional a análise da dispersão dessas atividades, que não necessariamente são decorrentes da desconcentração originária da capital do estado, mas, sobretudo, dos novos investimentos. Isto revela que nesse grande espaço, denominado de RNM, há pólos de desenvolvimento que tendem a ser fortemente dinâmicos e podem ser atrativos à indústria dinâmica.

4. Conclusões

Nesse artigo, analisaram-se, dentro do processo geral de divisão espacial do trabalho, dois grandes espaços econômicos do Estado do Paraná: a Região Metropolitana e a Região Não-Metropolitana. A capital paranaense e seu entorno foram consolidadas dentro de um projeto de desenvolvimento nacional por meio da intensificação da industrialização nacional e da sua desconcentração; e, no segundo momento, a partir da década de 1990, a RM foi beneficiada pelo intenso volume de investimento *vis-à-vis* o interior. A conformação econômica do Paraná foi moldada por eventos direcionados por políticas públicas nos planos nacional e regional, os quais propiciaram o direcionamento dos contornos de sub-processos produtivos com algumas características específicas, que potencializaram as diferenças regionais existentes no Estado do Paraná.

Na RM, em 2002, onde havia forte tendência de centralização dos empregos nos ramos industriais dinâmicos destacaram-se, em ordem decrescente indicador QL: material de transporte (6); mecânica (4); material elétrico e comunicações (5); produtos químicos, farmacêutico, veterinário e perfumaria (10); e metalúrgica (2). Além disso, no total de onze ramos da atividade terciária, a RM teve oito com especialização superior ao da RNM. Este comportamento ressalta novamente a forte centralidade da capital e seu entorno para as atividades de serviço e comércio, que foi crescendo ao longo do período da análise.

As atividades classificadas como tradicionais e intensivas em mão-de-obra são predominantes na RNM em 2002. Em ordem decrescente,

destacaram-se os ramos industriais: têxtil; vestuário e artefatos de tecidos (11); calçados (12); produtos de alimentos, bebidas e álcool etílico (13); e madeira e imobiliário (7). Esses ramos de atividades são importantes na economia, pois são demandantes de trabalho com menos qualificação e a população de baixa renda normalmente oferta mão-de-obra com esse perfil. E, dentre as atividades do setor terciário, essa região apresenta a menor especialização. Além disso, a RNM superou a RM na quantidade absoluta de mão-de-obra empregada formalmente nos últimos anos, refletindo, sobretudo, no tipo de indústria, altamente absorvedora de mão-de-obra, e o “efeito tamanho”.

Os ramos industriais tradicionais apresentaram forte tendência de concentração no interior do estado. Por outro lado, nos ramos industriais dinâmicos há uma tendência incipiente de dispersão da RM para a RNM. Este comportamento reflete a dinamicidade do interior como um espaço econômico para essas atividades dinâmicas, mas o contrário não se mostra verdadeiro, ou seja, a capital paranaense e seu entorno não são espaços econômicos que tendem a abrigar ramos industriais tradicionais. Além disso, a RM vem apresentando grande especialização no setor terciário.

Referências

- ALAGH, Y. & SUBRAHAMANIAN, K. & KASHYAP, S. (1971). “Interregional industrial structure in a developing economy: a conceptual frame with a case study.” *Journal of Regional Science* 11(3): 301-316.
- BEYERS, W. & NELSON, P. (2000). “Contemporary development forces in the non-metropolitan west: new insights from rapidly growing communities.” *Journal of Rural Studies* 16: 459-474.
- CARLEIAL, L. M. (1997). “Firmas, flexibilidades e direitos no Brasil: para onde vamos?” *São Paulo em Perspectiva* 11(1): 22-32.
- CLEMENTE, A. & HIGACHI, Y. (2000). *Economia e desenvolvimento regional*. São Paulo: Atlas
- DEDECCA, C. & BALTAR, P. E. (1997). “Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90”. *Estudos Econômicos* 27(n. especial): 65-84.
- DELGADO, A. & GODINHO, I. (2002). “Medidas de localização das actividades e de especialização regional.” In COSTA, J. (coord). *Compêndio de economia regional*. Lisboa: APDR, pp. 723-42.
- DINIZ, C. (1995). *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Rio de Janeiro: IPEA. (texto para discussão, 375)
- DINIZ, C. (1993). “Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização.” *Nova Economia* 3(1): 35-64.

- FERRERA DE LIMA, J. (2004). *La diffusion spatiale du développement économique regional: l'analyse de la diffusion au sud du Brésil dans le XX^e siècle*. Québec: Université du Québec, thèse de doctorat, DSH.
- FIRKOWSKI, O. & MOURA, R. (2002). "Regiões Metropolitanas e Metrôpoles. Reflexões acerca das espacialidades e institucionalidades no sul do Brasil." *Revista RA'EGA* 5: 27-46.
- GALETE, R. A (2004). "Salário e segmentação no mercado de trabalho formal da indústria de transformação paranaense." III Encontro de Economia Paranaense, Londrina Anais do UEL (cd-rom).
- HADDAD, P. R. (org) (1989). *Economia regional: teoria e métodos de análise*. Fortaleza, BNB/ETIENE.
- IBGE (2003). *Base cartográfica integrada do Brasil ao milionário digital (BCIMD) - 2003, 1^o versão digital*. Rio de Janeiro: IBGE, nov.
- IPARDES (2006). *Banco de Dados - BDE*. URL [online]: www.ipardes.gov.br. Acesso: 15 de dezembro de 2006.
- ISTAKE, M. (1999). *Transformações na agropecuária paranaense e suas implicações sobre o emprego e salários rurais: 1977-96*. Piracicaba (SP): USP/ESALQ, dissertação de mestrado.
- KLEINKE, M. & DESCHAMPS, M. & MOURA, R. (1999). "Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96) origens e destinos convergentes." *Revista Paranaense de Desenvolvimento* 95: 27-50.
- LIMA, R. (1980) "Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação." *Pesquisa e Planejamento Econômico*. 10 (1): 217-272.
- LIMA, R. (2003). "Notas à margem da estrutura industrial do Rio Grande do Sul." *Ensaio FEE* 24 (1): 49-92.
- LIMONAD, E. (2004). "Brasil século XXI, regionalizar para quê? Para quem?" In LIMONAD, E. & HAESBAERT, R. & MOREIRA, R. (orgs). *Brasil Século XXI por uma regionalização: agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Lomonad, pp. 54-66.
- MAIA, S. F. (2002). "Efeitos da globalização sobre as vantagens comparativas nas exportações do Paraná: metodologias comparadas". Congresso de Economia e Sociologia Rural, Passo Fundo. Anais do RS (cd-rom).
- MALDANER, I. (2006). *Decomposição dos diferenciais de rendimento do trabalho na região metropolitana de Curitiba e região não metropolitana do estado do Paraná*. Dissertação de Mestrado: UNIOESTE/Toledo/CCSA.
- MACEDO, M. & VIEIRA, V. & MEINERS, W. (2002). "Fases de Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense." *Revista Paranaense de Desenvolvimento* 103: 5-22.
- MOURA, R. (2004) "Paraná: meio século de urbanização." *Revista RA'EGA* 8: 33-44.
- NAMUR, M. (2006). "Ação do Estado na produção do espaço urbano: Curitiba, Paraná, 1973-1980." Anais do IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, Foz do Iguaçu, PR (cd-rom).

- PADIS, P. (1981). *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Editora Hucitec.
- PASSOS, M. & LIMA, R. (2000). "Entre perdas e ganho apontamento sobre a indústria gaúcha." *Ensaio FEE* 13(2): 485-517.
- PERROUX, J. (1977). "O conceito do pólo de crescimento". In SCHWARTZMAN, J. (org.) *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETREDE. MINTER, UFMG, pp. 145-156.
- PIACENTI, C. & STAMM, C. & FERREIRA DE LIMA, J. & PIFFER, M. (2002). "A dinâmica da base de exportação das regiões do Brasil." *Estudos & Debate* 9: 95-109.
- RAGGIO, N. Z. (1994). *Emprego*. Curitiba: IPARDES.
- REGUEIRA, K. W. (2003). "A política industrial nos anos 90 e a alocação de recursos produtivos: guerra e renúncia fiscal." *Revista Paranaense de Desenvolvimento* 104: 61-78.
- RODRIGUES, R. & MORETTO, A. & SESSO FILHO, U. & KURESKI, R. (2006). "Setores alimentares e relações produtivas do sistema inter-regional Paraná- restante do Brasil." *Revista Paranaense de Desenvolvimento* 110: 9-32.
- ROLIM, C. F. (1995). "O Paraná urbano e o Paraná do *agribusiness*: as dificuldades para a formulação de um projeto político." *Revista de Paranaense de Desenvolvimento* 86: 49-99.
- SABÓIA, J. (2001). "Descentralização industrial no Brasil na década de noventa: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente." *Nova Economia* 11(2): 85-121.
- SOUZA, P. R. (1980) *A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas*. Campinas: IFCH/UNICAMP. (tese de doutorado)
- STADUTO, J. & TREVISOL, L. & JONER, P. (2004). "Sistema público de emprego do Paraná: uma análise regionalizada da intermediação da mão-de-obra." *Revista Paranaense de Desenvolvimento* 106: 49-70.
- SUZIGAN, W. & FURTADO, J. & GARCIA, R. & SAMPAIO, S. (2004). "Clusters ou sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas". *Revista de Economia Política* 24(4): 543-62.
- VASCONSELOS, J. & CASTRO, D. (1999). "Paraná: economia, finanças públicas e investimento nos anos 90." Texto para discussão 623, IPEA: Brasília.

Submissão: 03 de abril de 2007

Primeira resposta: 09 de maio de 2007

Aceite: 24 de agosto de 2007